

[01718-1999-043-03-00-9 AP](#)

Data de 08-05-2009
Publicação:
Órgão Primeira Turma
Julgador:

Relator: Convocado Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA MULTA COMINATÓRIA (ASTREINTE). A multa cominatória incide a partir do momento do descumprimento da ordem judicial. Se a obrigação foi determinada pela sentença/acórdão, o *dies a quo* se inicia a partir do trânsito em julgado. Sendo a obrigação fixada em decisão interlocutória, o que não é a hipótese dos autos, a multa incide após o decurso estabelecido para o cumprimento da ordem judicial. As decisões nas tutelas das obrigações de fazer e de não fazer do art. 461 possuem eficácia auto-executiva, prescindindo da instauração do processo de execução e formação de nova relação jurídico-processual. É o que se denomina de ações sincréticas, onde se exercitam, em processo único, as funções cognitiva e executiva. Nesse contexto, um dos instrumentos disponibilizados para o exercício dessas tutelas é a multa diária prevista no §4º do art. 461, da CPC, que funciona como meio coercitivo, de natureza inibitória. Contudo, frisa-se, deve ser definido o dies a quo de exigibilidade da multa no comando sentencial e, decorrido o prazo, mantendo o executado com o procedimento que deveria abster-se de fazer, passa a incidir de imediato a multa diária, em decorrência da eficácia auto-executiva da decisão.

Processo	00657-2001-084-03-40-8 AP		Ver	Inteiro	Ver	Ver
			Teor		Andamento	Sentença
Data de Publicação	08/03/2010	DEJT	Página: 129			
Órgão Julgador	Quinta Turma					
Relator	Convocado Rogério Valle Ferreira					
Revisor	José Roberto Freire Pimenta					
Redator	José Roberto Freire Pimenta					
Tema	EXECUÇÃO - MULTA					

EMENTA: DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE CONCEDE TUTELA INIBITÓRIA E ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO QUE A MANTEVE. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO, DESDE LOGO, DA MULTA COERCITIVA COMINADA PARA O CASO DE SEU DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA ANTERIORMENTE NO MESMO FEITO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. O artigo 471 do CPC é expresso ao estabelecer que

"nenhum juiz decidirá novamente as questões decididas, relativas à mesma lide", salvo nas relações jurídicas continuativas (se tiver havido modificação no estado de fato ou de direito) ou nos demais casos prescritos em lei. Estando aqui manifestamente ausentes tais exceções e se, na presente ação civil pública, a mesma multa coercitiva já foi exigida de imediato pelo autor em virtude do comprovado descumprimento, em período anterior diverso, da decisão inibitória antecipada e final ainda não transitada em julgado e as instâncias ordinárias (inclusive esta mesma Turma Regional Julgadora, em sede de anterior agravo de petição) já decidiram que ela é exigível de imediato, tendo tal multa sido inclusive já paga pela agravada e destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) nestes mesmos autos (após o desprovimento dos seus correspondentes recursos de natureza extraordinária pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Supremo Tribunal Federal), não podem mais o Juízo de origem e esta segunda instância, ao examinarem a alegação do autor de que, em período posterior diverso, a demandada teria incorrido em novo descumprimento da mesma ordem judicial cuja observância se pretendeu assegurar pela medida coercitiva patrimonial em discussão, afastar a priori tal possibilidade, sob o novo e diverso entendimento de que sua cobrança imediata estaria legalmente vedada. **EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES CAUTELARES E ANTECIPATÓRIAS, PELA COBRANÇA IMEDIATA DAS MEDIDAS COERCITIVAS PATRIMONIAIS CORRESPONDENTES. REVOGAÇÃO TÁCITA DO § 2º DO ART. 12 DA LEI Nº 7.347/85 (LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA) PELO NOVO E GENERALIZADO REGIME DA TUTELA INIBITÓRIA METAINDIVIDUAL INSTITUÍDO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E PELOS PARÁGRAFOS 3º, 4º E 5º DE SEU ARTIGO 84, REITERADO PELA NOVA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.** No entendimento deste Redator, não obstante o disposto no § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85, que dispõe que a multa coercitiva estabelecida para compelir a parte sucumbente a cumprir de imediato a determinação judicial só poderá ser efetivada, no campo da realidade, após o trânsito em julgado da mesma, não se pode jamais perder de vista que garantir a eficácia de decisões que confirmam a antecipação de tutela específica deferida no curso do processo é preservar o principal escopo do instituto: a concretização, na esfera decisiva da realidade, do princípio constitucional da efetividade do processo em todos os casos em que exista o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, capaz de tornar, na prática, inúteis para seus titulares os direitos materiais provisoriamente reconhecidos em Juízo que somente ao final do processo sejam executados. Ademais, a aplicação literal e automática do aludido preceito da Lei da Ação Civil Pública simplesmente desconsidera que ele foi editado em 1985, quando o sistema processual brasileiro ainda não havia sido significativamente aperfeiçoado pela predisposição, pelo Código de Defesa do Consumidor, de um verdadeiro microssistema de tutela metaindividual ou coletiva aplicável a todos os processos de dimensão metaindividual. Ocorre que, nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 84 daquele Código, restaram previstas genericamente não apenas a autorização para a concessão liminar da tutela coletiva específica, mas também a possibilidade, para a efetivação dessa tutela antecipada, da imposição de multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor e de outras medidas coercitivas necessárias, sem qualquer restrição em sua exigibilidade imediata, como antes estava previsto na LACP. **E a integração da LACP com o CDC, que produz efeitos com relação à tutela dos direitos metaindividuais em geral e trabalhistas em particular (expressamente decorrente do artigo 90 daquele Código e do artigo 21**

da Lei nº 7347/85, acrescentado pela Lei nº 8.078/90) autoriza a superação da inexplicável limitação antes estabelecida pelo § 2º do artigo 12 da Lei nº 7.347/85 à exigibilidade imediata da multa coercitiva instituída para compelir a parte destinatária a cumprir, de imediato, a antecipação de tutela liminarmente concedida no âmbito de determinada ação civil pública. É esta a interpretação

data venia mais consentânea com a necessidade de assegurar a máxima efetividade possível às medidas coercitivas destinadas a compelir as partes a cumprirem, de imediato, as decisões cautelares e antecipatórias proferidas pelo Poder Judiciário.

IMPOSSIBILIDADE DE DECISÃO IMEDIATA, PELA INSTÂNCIA REGIONAL, DA QUESTÃO FÁTICA AINDA CONTROVERTIDA SOBRE O DESCUMPRIMENTO OU NÃO DA DECISÃO INIBITÓRIA OBJETO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RETORNO DOS AUTOS ÀA INSTÂNCIA DE ORIGEM, PARA A CORRESPONDENTE INSTRUÇÃO E DECISÃO DA MATÉRIA.

Na medida em que a decisão inibitória genérica, objeto da antecipação de tutela, necessariamente dispõe também para o futuro, toda e qualquer alegação de ulterior descumprimento das obrigações de fazer e de não fazer pela reclamada que ainda seja controvertida, como ocorreu neste caso, deverá ser objeto de apuração específica e aprofundada nestes mesmos autos pela MM. instância de origem que, após uma adequada instrução da matéria que assegure a ambos os litigantes o contraditório e a ampla possibilidade de prova de suas respectivas alegações, deverá proferir nova decisão a respeito da incidência ou não da multa coercitiva no correspondente período em discussão, segundo seu livre convencimento motivado. Provimento parcial do agravo de petição, nestes termos.